



PROCESSO ADMINISTRATIVO

PROAD 12290/2024

ASSUNTO:

PROAD: Expediente do Comitê Gestor Regional PJe - TRT6

RESUMO:

Ata da Reunião do Subcomitê do PJe - Abril de 2024

PRIORIDADE:

Processo com prioridade normal

PROTOCOLADO POR:

FFRANCA - FERNANDA DE FRANCA TENORIO

PARTICIPANTES

CGRPJE - COMITÊ GESTOR REGIONAL DO PJE

fabioa - FABIO ANDRE DE FARIAS

SITUAÇÃO ATUAL DO PROCESSO:

Pendente de análise para CGRPJE - COMITÊ GESTOR REGIONAL DO PJE desde 31/05/2024.

Pauta e Ata: Reunião do Subcomitê Gestor do PJe da 6ª Região - 25 de Abril, às 14:30 horas

Administrativa:

- Instalação da versão 2.10.3 do PJe

Solicitações de Relatórios SAOPJE:

- Assyst R119559 - Concessão de acesso ao perfil “estagiário” do relatório SAOPJE - "TRT6 - Garimpo - Processos em Execução por CNPJ/CPF". Obs.: todos os estagiários terão acesso ao relatório.
- Pedido de relatório feito pelo CEJUSC Caruaru em ata de correição: “Relatório no PJE que disponibilize por linha: Número do processo; Nome parte autora; Advogado parte autora; Nome parte ré; Advogado parte ré; Valor da causa; Assunto;”

STIC:

- Disponibilização do Sistema de Pesquisa de Jurisprudência
- Uso indevido do PJe por parte de usuários externos (Robôs)



Sugestões de Melhoria:

- Sugestão de Melhoria feita por Christiane Purificação de Castro, Chefe da Divisão de Gestão Negocial dos Sistemas PJe e e-Gestão: “Na remessa ao 2o. Grau configurar o PJe de forma que não apareça a possibilidade de escolher a competência, já que no nosso Regional apenas existe, do 1o. para o 2o. Grau, a competência das Turmas” (atualmente o sistema abre a possibilidade para o usuário escolher a competência).
- Sugestão de Melhoria feita por Christiane Purificação de Castro, Chefe da Divisão de Gestão Negocial dos Sistemas PJe e e-Gestão: “No caso do envio dos processos para a Análise de Recurso configurar o sistema para sinalizar que o Regional só possui uma única unidade de Análise de Recurso”.
- Solicitação de Dr. Fábio Farias e ideia concebida por Christiane e Eduardo quanto ao checklist de arquivamento: Colocar no checklist de arquivamento uma verificação quanto aos pagamentos de honorários periciais.

Extrapauta (solicitado por Márcia Parga - MPT):

- Acesso ao PJe Mídias pelos Procuradores

Ata da Reunião do Subcomitê Gestor do PJe da 6ª Região ocorrida em 25 de abril de 2024



Data: 25/04/2024

Hora: 14:30 horas

Reunião via Zoom

Aos vinte e cinco dias do mês de abril de 2024 realizou-se a quarta reunião ordinária do Subcomitê Gestor do PJe da 6ª Região.

Presentes: Desembargador **Fábio André de Farias**, Coordenador do Subcomitê; Juíza **Renata Nóbrega**, Juíza Auxiliar da Corregedoria; Juíza **Theana de Alencar**, representante do 1º Grau de Jurisdição; **Renata Maria Pessoa Maranhão de Lima**, servidora da Corregedoria; **Luiz Eduardo Moura de Oliveira**, Chefe da Coordenadoria de Estatística e Pesquisa; **Flávio Renato Couto de Oliveira**, servidor integrante da Divisão de Sistemas Judiciais; **Christiane Purificação de Castro**, Chefe da Divisão de Gestão Negocial dos Sistemas PJe e e-Gestão; **Maria Eduarda Cruz Ferreira Leite**, Chefe de Seção de Apoio Estatístico ao PJe; **Lucas Aranha Barreto**, Chefe da Seção de Administração e Sustentação ao PJe; **Alexandre Batista**, Chefe da Divisão de Sistemas Judiciais; **Márcia Parga**, representante do Ministério Público do Trabalho; **Alessandro Souza**, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação; **Henrique Lins**, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; **Henrique Beça**, representante do 1º Grau de Jurisdição; **Humberto Correa**, Secretário Geral Judiciário e representante do 2º Grau de Jurisdição; Juíza **Ana Cristina da Silva**, Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de Olinda; **Ricardo Varjal**, representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Pernambuco.

Dando início à reunião, foi apresentado o primeiro ponto da pauta - "**Instalação da versão 2.10.3 do PJe**". Christiane Purificação informou que a versão estava prevista para ser instalada em 27 de abril de 2024. Alessandro informou que já havia conversado previamente com Dr. Fábio e com a Presidente do TRT6 e a instalação já havia sido autorizada. Alexandre Batista acrescentou que a instalação seria feita em conjunto com o sistema AUD. **A data de 27 de abril de 2024 foi referendada pelos presentes para instalação da versão 2.10.3 do PJe e versão 1.4.0 do AUD4.**



Prosseguindo os trabalhos, passou-se à apreciação do segundo item da pauta - **“Concessão de acesso ao perfil “estagiário” do relatório SAOPJE - "TRT6 - Garimpo - Processos em Execução por CNPJ/CPF”**”. Christiane esclareceu que o acesso aos relatórios SAO são baseados em perfis, assim, todos os estagiários teriam acesso a esse relatório. Dra. Renata questionou se haveria histórico de acesso e Lucas informou que esse histórico não fica registrado. Já Dr. Fábio abordou a questão da segurança dos dados. Alessandro pontuou que o vínculo entre estagiários e instituição é mais frágil, portanto, essa liberação de informações seria um ponto de fragilidade no que diz respeito à proteção de dados. Henrique Lins externou ser contra a concessão do relatório ao perfil. **Por fim, restou indeferida a concessão de acesso ao relatório do Projeto Garimpo ao perfil de estagiários.**

Christiane anunciou o próximo tema da pauta: **“Relatório no PJE que disponibilize por linha: Número do processo; Nome parte autora; Advogado parte autora; Nome parte ré; Advogado parte ré; Valor da causa; Assunto;”**. Henrique Beça informou que o intuito do relatório é reunir dados estatísticos acerca de que tipos de processos têm mais chance de acordo e, assim, organizar, de forma mais inteligente, a pauta. Dr. Fábio informou que o TRT9 possui uma inteligência para construção de pautas e Christiane acrescentou que o TRT13 também possui ferramenta apropriada. Há também um estudo por parte da TI já pronto para apresentar para Dr. Fábio e Dra. Nise, informou Alessandro. Lucas pontuou que a criação do relatório é simples e, em sendo aprovado, ele pode funcionar temporariamente enquanto as demais ferramentas não estão em funcionamento em nosso Regional. Christiane mencionou um relatório produzido pelo TRT13 e Lucas ressaltou que precisaria verificar se ele está em produção. Dr. Fábio concluiu solicitando que fossem verificadas as soluções de pauta inteligente para benefício de todas as unidades. **O item foi retirado de pauta para análise dessas alternativas.**

Continuando a reunião, o tema abordado foi a “Disponibilização do Sistema de Pesquisa de Jurisprudência” no âmbito do Regional. Christiane e Alexandre informaram que as unidades foram avisadas acerca desse novo sistema que já se encontra em ambiente de produção.

O próximo ponto foi trazido por Alexandre acerca do **uso indevido do PJe por parte de usuários externos**. Pela quantidade de acessos, continua Alexandre, dá a entender que esse acesso seja



feito por ferramentas de automação, ou seja, meios não indicados. Alexandre apresentou números de acesso nos últimos meses e viu indícios de uso indevido do PJe. Alexandre pontuou que a Resolução 185 do CSJT regulamenta tal situação. **Em seguida, Alexandre sugeriu uma melhoria: que a consulta de processo de terceiros para usuários externos seja feita mediante uso do certificado digital. A sugestão de melhoria foi aprovada e também o bloqueio de usuários externos que excederem o valor provisório de 1.500 acessos mensais/50 acessos diários com a devida comunicação ao usuário e à seccional da OAB. A STIC ficou de enviar, nos próximos 30 dias, por e-mail, um estudo com mais detalhes para regulamentação local para aprovação pela Administração.**

Seguindo para os pedidos de melhorias, Christiane sugeriu: **“Na remessa ao 2o. Grau configurar o PJe de forma que não apareça a possibilidade de escolher a competência, já que no nosso Regional apenas existe, do 1o. para o 2o. Grau, a competência das Turmas”**. Christiane argumentou que em versão anterior não havia essa necessidade e que, possivelmente, essa mudança foi feita para atender Regionais de grande porte. Christiane prosseguiu com nova sugestão de melhoria: **“No caso do envio dos processos para a Análise de Recurso configurar o sistema para sinalizar que o Regional só possui uma única unidade de Análise de Recurso”**. Christiane argumentou, no mesmo sentido, que a mudança foi feita para atender Regionais de grande porte. E que da forma que hoje está, há um passo a mais que as unidades precisam fazer sem necessidade. Lucas informou que a solução é tecnicamente viável. **Ambas as sugestões de melhorias foram aprovadas.**

Outra sugestão de melhoria apresentada pela Divisão de Gestão Negocial do PJe, solicitada por Dr. Fábio, versa sobre **“mudança no checklist do arquivamento para haver uma verificação quanto aos pagamentos de honorários periciais”**. Christiane explicou que há duas soluções possíveis, uma mais manual, através de chip, e outra mais automatizada, através de comunicação com o AJ-JT. Lucas informou que tecnicamente ambas as soluções são viáveis. **A sugestão de melhoria foi aprovada.**

Por fim, o último ponto da pauta foi trazido por Márcia Parga, representante do Ministério Público do Trabalho, acerca do **acesso ao PJe Mídias por parte dos Procuradores**. Alexandre esclareceu que o PJe Mídias é um repositório com dados de audiências ocorridas no Tribunal. Henrique Beça informou que, após audiência, a Vara certifica nos autos com um link de acesso aos dados daquela



audiência, e que não há um acesso específico ao programa. Márcia Parga ficou de perguntar ao Procurador que tipo de acesso ele precisaria em relação ao PJe Mídias.

Encerrados os trabalhos, foi lavrada a presente Ata nos termos do que dispõe o Ato TRT-GP-106 /2023, que segue assinada pelo Desembargador Coordenador do Subcomitê.

Fábio André de Farias

Desembargador-Coordenador do Subcomitê.



Histórico de Eventos

31/05/2024 14:39

Encaminhamento de CGRPJE - COMITÊ GESTOR REGIONAL DO PJE para CGRPJE -
COMITÊ GESTOR REGIONAL DO PJE feito por fabioa - FABIO ANDRE DE FARIAS
Motivo: Encaminhamento Automático
Pendente de análise.

Observações